



ISSN 1984-5634

PENSAR A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA ANCESTRAL: ESCOLA SEM PARTIDO, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Thinking from an ancestral experience: Escola Sem Partido, religion and anti-racist education

SILVIA VITORASSI¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo pensar caminhos para uma educação antirracista, partindo da perseguição de grupos conservadores da atualidade, como o Escola Sem Partido, às religiões de matriz africana. Neste sentido, mobilizo como principais referências teóricas Rodney William (2019) para pensar o conceito de “Exunêutica” e de ancestralidade, além dos escritos de Wanderson Flor do Nascimento (2020) para debater educação antirracista. Busco refletir sobre a importância de conceber novos saberes na construção dos currículos escolares, numa perspectiva da ancestralidade dentre as comunidades de terreiro e tomando como exemplo o conhecimento compartilhado nos espaços de Candomblé no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: ancestralidade; religião; educação.

ABSTRACT

This work aims to think of ways for an anti-racist education, starting from the persecution of current conservative groups, such as Escola Sem Partido, to religions of African origin. In this sense, I mobilize as main theoretical references Rodney William (2019) to think about the concept of "Exunêutica" and ancestry, in addition to the writings of Wanderson Flor do Nascimento (2020) to discuss anti-racist education. I seek to reflect on the importance of conceiving new knowledge in the construction of school curriculum, from a perspective of ancestry among the terreiro communities and taking as an example the knowledge shared in Candomblé spaces in Brazil.

KEYWORDS: ancestry; religion; education.

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 06/07/2023

ACEITO: 30/09/2023

COMO CITAR:

VITORASSI, S. Pensar a partir de uma experiência ancestral: Escola Sem Partido, religião e educação antirracista. *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 499-513, dez.-mar., 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Mestra em Ensino de História - ProfHistória, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutoranda na mesma universidade. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3446-4984>. E-mail: vitorassi.silvia@gmail.com.

CONSERVADORISMO, CRISE POLÍTICA E FÊ

Exu nas escolas
 Exu nas escolas
 Exu nas escolas (ê-ê-exú)
 Exu nas escolas (ê-ê-exú)
 Estou vivendo como um mero mortal profissional
 Percebendo que às vezes não dá pra ser didático
 Tendo que quebrar o tabu e os costumes frágeis das crenças limitantes
 Mesmo pisando firme em chão de giz
 De dentro pra fora da escola é fácil aderir a uma ética e uma ótica
 Presa em uma enciclopédia de ilusões bem selecionadas
 E contadas só por quem vence
 Pois acredito que até o próprio Cristo era um pouco mais crítico em relação a tudo isso
 E o que as crianças estão pensando?
(Exu nas Escolas, Elza Soares)

Em maio de 2018 foi lançado o trigésimo terceiro álbum da cantora Elza Soares intitulado “Deus é Mulher”, contando com onze canções e considerado o 2º melhor álbum de 2018 pela Revista Rolling Stone Brasil. Trazendo músicas com cunho político e considerado uma sequência do álbum de 2015, “A Mulher no Fim do Mundo”, o álbum mescla discurso social, religião e violência urbana, dentre outros debates. O trecho acima faz parte da faixa “Exu nas Escolas”, do músico, cantor e compositor Edgard Scandurra e do compositor e instrumentista Kiko Dinucci, versando sobre a necessidade de rompimento no método atual de aprender e ensinar baseada na representação do orixá Ioruba Exu.

Quando brada por Exu nas escolas, a letra busca dizer que é preciso repensar o que conhecemos como Escola: uma forma eurocêntrica, com conteúdos brancos e catequizantes que mantém vivo o racismo e afastam saberes caros ao ser humano em sua essência e existência, tais como noções de sobrevivência, de decisão, de bem-estar emocional. O álbum e a música surgem em um contexto conturbado politicamente no Brasil e enfrentam discursos que foram fortalecidos por uma campanha eleitoral marcada por ódio, desinformação e perseguição à liberdade de ensino.

“Doutrinação” virou palavra de ordem para a direita nos últimos anos. Uma “ordem” construída a partir da lógica colonialista que há muito se enraizou neste país, que tem cor, gênero e religião, e que se fortaleceu, ressurgindo em 2013, avançando rapidamente rumo às eleições para a presidência do Brasil em 2018. Refletir sobre doutrinação vai além de pensar a educação, pois toca nos mais profundos problemas sociais deste país.

Diversos grupos estão sendo perseguidos por extremistas e por religiosos fundamentalistas, o negacionismo científico tem promovido grandes retrocessos no debate público, e a ascensão de um discurso autoritário e teocrático vem assustando quem está minimamente preocupado com a democracia brasileira: esse é o resultado de uma combinação de fatores que a nova direita e o bolsonarismo nos trouxeram. Neste sentido, o discurso doutrinário sobre a educação tornou-se peça central para chegarmos ao atual cenário político-social brasileiro.

A partir do ano de 2013 difundiu-se em diferentes meios e análises a noção de que a sociedade brasileira passou a conviver com o que se chamou de “polarização política”. Por tal termo, analistas situados no âmbito dos meios de comunicação convencionaram chamar o que seria um processo de marcada divisão de opiniões e posições políticas, gerando movimentos antagônicos na sociedade e na política institucional. Este trabalho é um recorte de um estudo mais amplo que está em desenvolvimento² e se dedica a realizar uma análise sobre as narrativas construídas em torno deste movimento. Daí ser necessário compreender o ESP e inserir o debate sobre a perseguição religiosa realizada por este grupo, bem como é necessário compreender a composição dos discursos que sustentam tal movimento conservador, acentuando a importância de valorizar a prática de debates plurais no espaço escolar, sem perder de vista o objetivo de refletir sobre qual é o papel do ensino e do pensamento crítico em sala de aula na construção de uma sociedade plural e mais igualitária. O movimento chamado Escola Sem Partido (ESP), aqui objeto de estudo, foi idealizado em 2004 e permaneceu esquecido até o início da década de 2010, dado o momento dos debates sobre a educação no Brasil, ganhando força principalmente após as manifestações de junho de 2013.

Abraçado pelos grupos de direita, tais como a bancada BBB – do boi (ruralista), da bala (armamentista), da bíblia (religiosa) –, no Congresso Nacional, esse programa trouxe a noção de que educar é tarefa restrita à família, aliando sua ideia de “doutrinação e ideologização comunista” nas escolas ao debate moral da bancada religiosa, em relação à “ideologia de gênero”³ e à perseguição às religiões de matrizes africanas.

De acordo com Tiziano Bonazzi (1998), o termo conservadorismo surge no processo de laicização europeu, no século XVIII, a partir das ideias de Edmund Burke, filósofo e crítico da ideologia da Revolução Francesa. Para Burke, resumidamente, a sociedade deveria se adaptar ao processo de mundanização da vida sem se afastar do ideal moral, o qual estaria ligado a um sistema universal de valores. Neste contexto histórico, o conservadorismo surge como uma alternativa ao progressismo e os dois termos passam a figurar nas teorias políticas. Porém, gostaria de ressaltar que no contexto de produção deste texto, ser conservador no Brasil virou sinônimo para muitas atitudes que partem de grupos racistas, classistas, sexistas, fundamentalistas e negacionistas.

² Este texto faz parte da pesquisa que estou desenvolvendo para a tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O trabalho tem como objeto de pesquisa as narrativas construídas pelo jornal Folha de São Paulo sobre o Escola Sem Partido (ESP) e o papel da educação, entre 2013 e 2020. No primeiro semestre de 2023 foi ofertada a disciplina optativa *História do Tempo Presente: Temas emergentes*, ministrada pelo professor Dr. Rogerio Rosa Rodrigues. A proposta de trabalho final da disciplina era articular os debates e textos das aulas à pesquisa que estávamos realizando no PPGH. Algumas das matérias citadas neste texto, bem como parte das análises, fazem parte do levantamento realizado para o desenvolvimento da tese.

³ Segundo Jimena Furlani, Doutora em Educação, em entrevista para a agência Pública, o termo não é validado pelo meio acadêmico, surgiu na década de 1990 e foi produzido por intelectuais ligados ao Vaticano em reação aos debates que ocorriam nas Nações Unidas em termos de direitos humanos e das mulheres sobre reprodução e sexualidade. Esse conceito entende os estudos de gênero e sexualidade como doutrinação homossexual nas escolas. A entrevista foi concedida em 2016 e pode ser acessada online. Para saber mais: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

É preciso uma defesa da concepção plural de sociedade, bem como proporcionar aos sujeitos uma multiplicidade de visões de mundo, o que é uma das funções da escola. A “neutralidade” forma uma educação escolar sem objetivos relevantes, contrária à Constituição⁴ e ao direito à educação, acabando por reduzir a tolerância e a diversidade. Além disso, a própria noção de neutralidade é carregada de ideologia, pois tem como base as concepções de mundo do grupo que a defende.

Destaca-se, nesse sentido, a ascensão e influência da chamada “bancada evangélica”⁵ no que concerne aos debates morais, valores e à defesa da família tradicional – branca, heteronormativa, formada exclusivamente por pai, mãe e filhos. Este é um debate que atravessa a questão doutrinária na educação, pois um dos apelos da bancada evangélica é justamente o papel da escola na educação sexual e de gênero⁶, bem como uma conduta baseada na moral cristã e que rejeita outras práticas religiosas. É importante também pontuar que o fundamentalismo religioso não representa a totalidade e pluralidade das religiões brasileiras, tanto católicas quanto evangélicas (VIEIRA, 2018), mas, constitui uma grave ameaça à democracia e ao respeito aos direitos humanos. Convido os leitores deste texto a visualizarem o caminho que percorremos nos últimos anos, que retomem suas memórias e parem para analisar o perigo de uma ideia esvaziada sobre “doutrinação” baseada em uma moral que remete ao nosso passado colonial e escravista.

RELIGIÃO EM PAUTA: MORAL CRISTÃ E PERSEGUIÇÃO

“Por que a professora usa tanta roupa vermelha, por que evento sobre gênero, por que não usar cartilha de alfabetização, por que mostrar só um lado da escravidão, por que chamar muçulmano para falar sobre tolerância religiosa?”⁷

A influência religiosa nos assuntos políticos e do governo tornou-se um problema que atravessou também o dia-a-dia de igrejas e escolas católicas. A frase acima destacada traz alguns dos muitos questionamentos levantados por famílias em escolas católicas de São Paulo, um dado apontado na matéria da jornalista Angela Pinho⁸ para a Folha de São Paulo citada acima. Com a cobrança e os questionamentos chegando de todos os lados, as escolas se viram obrigadas a tomar posição quanto ao modelo de ensino.

⁴ Conforme artigos 205 e 206.

⁵ Termo utilizado pela imprensa e por cientistas políticos para agrupar os membros do Congresso Nacional do Brasil e dos legislativos estaduais e municipais que se autodenominam evangélicos e que defendem as mesmas pautas defendidas por lideranças evangélicas. Porém, pode-se entender a denominação como uma extensão também a outros grupos religiosos cristãos, como os católicos, por exemplo.

⁶ O documentário *Gênero sob ataque* (2018), do diretor Jerónimo Centurión Aguirre, aborda a perseguição ao termo gênero em países da América como Brasil, Colômbia, Costa Rica e Peru, no contexto de ascensão dos grupos fundamentalistas evangélicos e da direita, seja assumindo o poder, seja como influência no pensamento social.

⁷ Trecho da matéria da jornalista Angela Pinho para a Folha de São Paulo sobre questionamentos realizados por familiares em escolas católicas de São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=48730&anchor=6118489&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=903ccf59a2e38bf0b449e5f5a6a08f8a>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

⁸ Na Folha desde 2014, cobre políticas públicas, em especial educação.

No mesmo texto são citadas outras instituições de ensino, apontando os caminhos adotados, tais como: reposicionamento pedagógico, destaque para uma educação reflexiva, responder a polarização com pluralismo aliado a valores cristãos como ações sociais. É necessário destacar que os problemas foram acentuados com a ascensão das igrejas neopentecostais, principalmente aquelas aliadas ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e alinhadas com os discursos do movimento Escola Sem Partido e o movimento antigênero, esse último originado no interior de debates religiosos. Deve-se, no entanto, fazer uma ressalva: não se pode considerar, de maneira reducionista, a noção de que todos os praticantes de religiões protestantes sejam extremistas e/ou fundamentalistas, mas é importante pensar as religiões dentro desse cenário, bem como a forma como são mobilizadas.

Antes de integrarem movimentos como o Escola Sem Partido ou antigênero, representantes de grupos religiosos neopentecostais já atuavam de forma coesa tanto no espaço público com projetos doutrinários próprios, e aqui utilizo doutrinário tanto no sentido de aplicação dos seus princípios, quanto na vida política do país, passando a integrar cada vez mais partidos e lugares na Câmara.

A mobilização de temáticas que simultaneamente despertavam medo e tocavam os valores morais tornaram-se instrumentos retóricos nas mãos da Frente Evangélica e seus seguidores. De forma datada, ressalta Duarte (2020), entre as décadas de 1950 e 1960 grupos pentecostais eram ignorados pelas elites intelectuais no Brasil e vistos como alheios à agenda política, apesar de grande adesão ao regime militar. Porém, esses mesmos grupos antes desacreditados no cenário político, atualmente protagonizam as disputas e crescem consideravelmente em número de adeptos.

Ao tratar das ações políticas da Frente Evangélica, Duarte (2020) traz também um ponto muito importante – o grupo logo compreendeu que sua participação política não deveria se limitar a citar a Bíblia nas sessões e projetos de lei, mas sim aprender a “jogar o jogo”:

A ação política da Frente Evangélica não se limitava a citar versos bíblicos em projetos de lei, os integrantes entendiam que era preciso aprender as estratégias políticas necessárias para jogar para vencer. Como vimos, eles instrumentalizaram princípios legais para que os preceitos morais religiosos fossem validados em projetos de lei, explorando assim a tendência conservadora de uma população extremamente discriminatória em relação às mudanças sociais e novos parâmetros culturais, sexuais e familiares. Por exemplo, eles provocaram pânico moral ao afirmar que o governo ensinaria sexo às crianças na escola, para se opor às discussões sobre gênero. (DUARTE, 2020, p. 7)⁹

⁹ Do original: “The political action of the Evangelical Front was not limited to citing biblical verse in bills, members understood that they had to learn the political strategies needed to play to win. As we saw, they instrumentalized legal principles so that religious moral precepts would be validated in bills proposed, thus exploiting the conservative trend in a population extremely discriminatory towards social changes and new cultural, sexual and familiar parameters. For example, they evoked moral panic by affirming that the government would teach children in school about sex, to oppose discussions about gender” (DUARTE, 2020, p. 7).

Em outubro de 2018¹⁰, a bancada evangélica dava mais uma demonstração dos planos para a Educação ao lançar o Manifesto “O Brasil para os brasileiros” – quatro dias antes da eleição de Jair Bolsonaro. Um documento de 60 páginas que debatia entre temas pouco associados ao grupo, como o liberalismo e ações econômicas, o que consideravam adequado para as escolas:

Na verdade, ou temos Escola ou temos Ideologia. São inconciliáveis. Teremos que reinserir a Escola e a Universidade públicas em seu leito tradicional e conservador: ensinar. Assim é desde a Mesopotâmia, considerada o berço da escola mundial. A instrumentalização das escolas e universidades públicas a serviço de ideologias totalitárias e ditaduras comunistas envenenou a alma e o espírito das últimas gerações, e destruiu a qualidade de ensino. [...] De outro lado, devemos instituir o Ensino Moral como conteúdo transversal em todas as disciplinas, visando a formação e sustentabilidade moral, ética e cívica das gerações. Difundir os mais elevados e profundos princípios e valores da Civilização. Universalizar o respeito à vida da pessoa humana individual. (MANIFESTO, 2018, p. 55)

A noção de escolas sem “Revolução Comunista” que estão sendo instrumentalizadas por “ideologias totalitárias” há várias gerações responde bem ao movimento estabelecido por esses grupos político-religiosos que, ao defenderem uma Escola Sem Partido, assumem a defesa de uma Escola com moral religiosa e patriótica, que brada os “grandes heróis” e é obscurantista e avessa ao cientificismo, algo que vai na contramão dos direitos fundamentais e da liberdade de ensinar, garantidas em Constituição.

A maneira como as escolas católicas e as religiões cristãs foram atingidas com as pautas defendidas pelo ESP, conforme apresentei no início deste tópico, certamente não é a mesma sofrida por religiões de matriz africana. Afinal, os ataques aos terreiros e as perseguições a praticantes de Umbanda e Candomblé, por exemplo, e também às religiões não cristãs, que nunca deixaram de existir, passaram a ser constantes. Conforme Moura e Araújo “a problemática das diferenças culturais tem lugar destacado nos textos veiculados pelo ESP” (2018, p. 625). Ao debaterem o lugar da diferença em uma escola sem partido, as autoras trazem, entre outras questões, o entendimento por parte dos defensores do ESP que a doutrinação também acontece de forma religiosa:

Frequentes, em maior ou menor medida, nas falas públicas e postagens dos defensores do Escola Sem Partido: a presença, nos materiais didáticos e nas aulas dos professores, de doutrinação de esquerda, de doutrinação em religiosidade de matriz africana e de doutrinação LGBT. De maneira geral os três temas estariam relacionados pelo seu caráter anticristão. (MOURA; ARAUJO; 2018, p. 624)

Enquanto as religiões de matriz africana com seus símbolos, orixás e lendas de fundação são consideradas doutrinação nos livros didáticos, outras religiões e seus deuses – romana, grega, egípcia, nórdica – também apresentadas nos livros, não são reconhecidas como doutrinárias. A construção discursiva que se faz sobre a suposta doutrinação religiosa de Candomblé e Umbanda

¹⁰ Íntegra do texto: <<https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

visa manter uma concepção discriminatória, conservadora e cristã de sociedade, considerando que tenta afastar uma herança cultural de povos africanos que para cá vieram escravizados e foi ressignificada nestas religiões, algo que as autoras classificam como um “complexo movimento de constituição identitária dos sujeitos, especialmente no que se refere à fé religiosa” (MOURA; ARAÚJO; 2018, p. 627).

O teólogo Henrique Vieira afirma que “o fundamentalismo religioso constitui risco à democracia, aos direitos humanos, ao Estado laico e à diversidade humana” (2018, p. 91), operando com um conceito de verdade absoluta e desconsiderando que “toda leitura é uma interpretação e que toda interpretação está mediada por um contexto histórico e cultural” (VIEIRA, 2018, p. 92). É em nome dessa verdade e do deslocamento interpretativo que muitas violências foram praticadas ao longo da história por grupos religiosos fundamentalistas.

Além disso, o fundamentalismo que se transforma em extremismo acaba operando na lógica da violência e introduzindo elementos raciais, pois “ainda é preciso apontar que o fundamentalismo e o extremismo apresentam a marca do racismo estrutural da sociedade brasileira. Não é por acaso que as religiões de matriz africana são tanto historicamente quanto atualmente as mais perseguidas” (VIEIRA, 2018, p. 94).

Em 2017, a Folha de São Paulo deu destaque a um caso¹¹, ocorrido em Santa Luzia, Minas Gerais, onde o terreiro de Candomblé Ilê Axé de Sangô recebeu restrição de horário e de uso de instrumentos, por parte do Ministério Público do Estado (MPMG), para realizar seus cultos. A restrição definiu “usar um único atabaque em cultos, somente às quartas-feiras, das 19h às 22h, e em um sábado por mês, entre 15h e 20h” (LINHARES, 2017, f. B4), até que o espaço providenciasse isolamento acústico. Os responsáveis pelo local classificaram a decisão como perseguição religiosa, principalmente considerando o contexto de recorrentes ataques a terreiros no Brasil, além de retirar elementos importantes dos cultos, pois a utilização de três atabaques, e não um, é considerada dentro da religião “a comunicação com o sagrado”:

“O acordo fere mortalmente a parte simbólica do nosso culto ao tirar elementos que são fundantes, como os atabaques”, afirma Makota Celinha Gonçalves, coordenadora nacional do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira, com sede em Belo Horizonte. [...] “E ainda tem o problema de o Estado querer me falar quando é que eu rezo e em qual horário” completa. (LINHARES, 2017, f. B4)

Essa situação decorreu de um abaixo-assinado entregue ao MPMG em 2015 com 53 assinaturas de vizinhos que reclamavam de barulho derivado dos cultos do terreiro, envolvendo não apenas os atabaques, mas também cantos e palmas. Os vizinhos chegaram a gravar o volume dos

¹¹ A íntegra da matéria pode ser consultada neste link: <<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=47971&anchor=6063424&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=6bbc73c1298e0d2e99af9640aaa63bb1>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

cultos e a prefeitura esteve no local para realizar medição de ruído, conforme apresentado na matéria. Um dos moradores afirmou que “não é nada contra a religião, mas é uma falta de respeito”, já o dono do imóvel onde acontecem os cultos afirmou que se arrepende de ter assinado acordos anteriores para isolamento acústico:

Ele afirma não ter como arcar com R\$30 mil para isolar o local. Outras obras, porém, foram realizadas, como o aumento da altura do muro e a instalação de placas de saída, corrimão e extintores determinados pelos Bombeiros. “O TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) anterior já é ilegal por exigir alvará de funcionamento de um templo religioso, algo dispensado pela Constituição do Estado de Minas. E o acordo atual piorou ao fixar dias para as atividades ainda que sejam silenciosas”, diz Hédio Silva Júnior, advogado do centro. (LINHARES, 2017, f. B4)

Toda a situação foi tratada como um atentado contra a liberdade de culto. Além disso, o dono do local também relatou ter sido chamado de “preto macumbeiro” por uma vizinha e de ter “pedras jogadas em seu telhado”, ou seja, o problema não decorre apenas de um barulho incômodo, mas de intolerância disfarçada de alegação de poluição sonora. Já em outubro do mesmo ano, a Folha publicou uma matéria¹² pontuando que a onda de crimes praticados contra terreiros no Rio de Janeiro havia chegado em São Paulo, apontando trabalho da Promotoria para investigar quatro casos no estado. Um dos casos mais graves foi em Franco da Rocha, onde quatro frequentadores de um terreiro foram esfaqueados por um vizinho:

Na hora do ataque, segundo o pai de santo, 80 pessoas estavam no templo. Silva diz que teve de se mudar de lá. “Tive de fechar o local e mudar de bairro. Perdi muitos dos meus seguidores”, afirma o pai de santo. Dono de terreiro há dez anos, ele estava no bairro havia cinco meses – nesse período, foi acusado de maus tratos contra animais porque sua religião faz sacrifícios ritualísticos de bichos. (FUHRMANN, 2017, f. B3)

Uma das principais reivindicações em todos os casos é a busca por enquadrá-los em crimes de intolerância religiosa. Além disso, um fator importante é o constante envolvimento de religiosos neopentecostais nesse tipo de situação. Em janeiro de 2020, o jornal Brasil de Fato publicou uma matéria online¹³ chamando atenção para os casos de intolerância religiosa no Brasil,

Só no primeiro semestre de 2019, houve um aumento de 56% no número de denúncias de intolerância religiosa em comparação ao mesmo período do ano anterior. A maior parte dos relatos foi feita por praticantes de crenças como a Umbanda e o Candomblé. (BRASIL DE FATO, 2020, online)

É possível perceber como os episódios destacados se conectam com o clima de perseguição instaurado no país: a demonização das religiões de matriz africana, a ascensão neopentecostal e o

¹² A íntegra do texto está disponível em: <<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=48025&anchor=6067454&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=199d36421e7aac1b4c204588f72106f4>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

¹³ Matéria na íntegra: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/21/denuncias-de-intolerancia-religiosa-aumentaram-56-no-brasil-em-2019>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

interesse da bancada evangélica em assumir um tipo de “compromisso” com a Escola Sem Partido. Se considerarmos o período de 2013 a 2018, é possível perceber como o ano de maior força do ESP no Brasil, 2016, foi também o ano de maior incidência de denúncias de intolerância religiosa no “Disque 100”, conforme a matéria realizada pelo Brasil de Fato apresenta.

É fato que a fusão do ESP com as pautas religiosas em voga no período apenas beneficiou ambos os movimentos, trazendo noções falsas, descontextualizadas e distorcidas sobre diversos temas e inculcando o que o sociólogo Stanley Cohen definiu como “pânico moral”¹⁴, ou seja, a percepção falsa de que o comportamento de algum grupo representaria uma ameaça para a sociedade.

PLURALISMO, ANCESTRALIDADE E UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Conforme Assis, o conflito é componente fundante de espaços afro-religiosos e existem ordenações que operam colocando o Candomblé, dentre outras práticas africanas, como religião negra, a fim de transformá-la em um referencial negativo, racializado e minorado; tanto que o branqueamento desses espaços não garante “passar ileso” a constrangimentos. Afinal, segundo a autora, “ao fim o incômodo social ou a intolerância social continua sendo racista” (ASSIS, 2020, p. 89).

O universo das religiões de matriz africana no Brasil é composto de símbolos e significados incorporados a partir de movimentos diaspóricos e “requerer justiça e ter direitos preservados faz parte da agenda, por exemplo, dos povos de axé que anteriormente foram perseguidos, encarcerados e violentados em suas práticas” (TORRES; ASSIS; 2020, p. 64). Nestes espaços são construídos sentimentos de pertença, formação de identidades culturais e senso coletivo de identidade. Por isso, Torres e Assis (2020) reforçam a importância de investir também em material pedagógico que desconstrua a noção socialmente negativa associada às práticas afro-brasileiras.

Para Sodré (2017) e Nascimento (2020), houve uma construção a partir do humanismo ocidental que considerou apenas as “civilizações superiores” como agentes de um pensamento sofisticado, como a Filosofia, em que os europeus partiram de uma autoimagem cultural autenticada no ato de pensar da antiguidade grega. Essa autoimagem se alicerça em interesses, tais como a noção enviesada de um suposto domínio intelectual, condizente com o poder colonizador e da conversão cristã.

¹⁴ Stanley Cohen é um sociólogo sul-africano e o conceito citado foi desenvolvido no livro *Folk Devils and Moral Panics: The creation of the Mods and Rockers*, publicado em 1972 pela HarperCollins. Foi a primeira grande obra do autor e é uma das obras mais influentes da criminologia britânica. O autor cria o conceito de pânico moral para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos.

A laicidade do Estado e da educação pública são essenciais para a consolidação democrática e do exercício cidadão, já a religião é de foro íntimo. É importante entender que o ESP, no início, foi criado com o intuito de eliminar determinados “debates ideológicos” do ensino, para que não houvesse doutrinação e que os estudantes formassem sua própria consciência, mas, com a reemergência da direita, ou da nova direita¹⁵, o movimento por uma escola sem partido incorporou a mobilização religiosa sobre sexualidade e cristandade para ganhar notoriedade, tornando-se forte dentro dos grupos mais extremados em ascensão.

Ao lembrarmos que conceitos como “cronologia” e “temporalidade histórica” não são naturais, mas sim invenções modernas pautadas numa perspectiva ocidental, é importante levarmos em conta que a utilização de categorias como ancestralidade, exunêutica¹⁶, ordem dos terreiros, apresentadas sob uma ótica metodológica a serem utilizadas no meio acadêmico, podem contribuir para ampliar a visão de mundo, de sociedade e de ensino que construímos pautada numa estrutura colonialista, que mesmo em desconstrução, ainda permanece muito enraizada nas nossas leituras, nos currículos, nas interpretações, na forma de construir conhecimento e enxergar a realidade na qual estamos inseridos:

Quando trabalhamos com ações humanas dotadas de significado e com os produtos dessas ações, ou seja, com métodos e interpretações, precisamos de instrumentos para tratar essas questões de forma eficiente. A hermenêutica ajuda a tornar os saberes compreensíveis. Mas de onde vem essa expressão? O termo deriva do nome Hermes, um deus da mitologia grega, ou, mais especificamente, o mensageiro dos deuses, a quem os gregos atribuíam a origem da linguagem e da escrita, considerado o patrono da comunicação e do entendimento humano. As semelhanças entre Hermes e Exu já foram estudadas, trata-se do mesmo arquétipo, o que tem nos permitido brincar com as palavras e falar numa “Exunêutica”. (WILLIAM, 2019, online)

Essa visão ampliada, partindo da ancestralidade, pode transpor noções já estabelecidas como a de objeto, de tempo, de experiência, de atualidade, de lugar de fala e de memória, justamente pelo fato de que o próprio *Exu* contrapõe o tempo cronológico: é o orixá da comunicação, abre caminhos e mentes, detém o poder de realizar e rompe com o modo de pensar e fazer do colonizador.

Se Hermes é o patrono da hermenêutica por ser considerado o senhor da comunicação e do entendimento humano, Exu, com sua “exunêutica”, pode nos levar a um tempo de ruptura por meio da expansão, da movimentação e da transformação do conhecimento. Exu nas escolas me faz pensar na possibilidade de reconstruir uma civilização. (WILLIAM, 2019, online)

¹⁵ Termo difundido dentre os estudos que se debruçam sobre os movimentos conservadores da atualidade que reinventaram as pautas de direita, aglutinando desde religiosos fundamentalistas a adeptos do neoliberalismo econômico.

¹⁶ Conceito apresentado por Pai Rodney em sua coluna para a Carta Capital. O texto pode ser acessado neste link: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/exu-nas-escolas-exu-na-ciencia-exu-na-politica/>>. Acesso em: 01 maio 2023.

Partir de Exu é ressignificar a epistemologia para pautarmos a nossa compreensão e exposição de ideias a partir da resistência, essa mesma resistência que manteve viva toda uma cultura e preservou memórias, que mesmo ancoradas em corpos, ultrapassam os mesmos e vivem de forma ancestral nos saberes compartilhados dentro dos terreiros.

Mas não se pode apenas teorizar sobre a possibilidade metodológica, é necessário fazermos um exercício de repensar as práticas para uma educação respeitosa e que agrega conhecimentos que partam de experiências e saberes africanos. O Brasil é um país com diversas matrizes religiosas e a africana contempla diversos cultos que foram adaptados e transformados a partir da vinda de africanos para cá, como a Umbanda e o Candomblé, mas não apenas estas. A sociedade brasileira está permeada por práticas e costumes incorporados dessas religiões, mas que muitas vezes são apagadas do cotidiano e sofrem com a intolerância. Estas práticas e relações se conectam a uma cultura que não se desfez na vinda de ancestrais africanos para o Brasil. Elas fazem parte da continuação dos processos culturais inerentes aos povos de África.

Em 2015, em entrevista para Pedro Nogueira do Portal Aprendiz, Stela Guedes¹⁷ pontuou que a escolarização pública no Brasil é marcada pelo “espírito de catequese”. Apesar de já ter passado por transformações históricas, a escola ainda necessita de mudanças, pois o preconceito ainda é muito grande no ambiente escolar, sobretudo na temática de religiosidade africana. Guedes também aponta que uma “[...] das consequências quando um grupo de seres humanos passa a se achar superior a outro grupo de seres humanos é a total subtração da história do grupo considerado inferior” (GUEDES; NOGUEIRA, 2015, online). Ao ser questionada sobre o impacto da Lei 10.639/2003 ela diz:

Todos os pesquisadores e pesquisadoras que estudam a aplicação da lei descrevem inúmeras dificuldades. Falta formação para professores e professoras e o obscurantismo crescente na educação também é um dado que dificulta. Professores, professoras, pais, alunos e alunas, funcionários obscurantistas acreditam que qualquer referência à África é um passaporte para o inferno, pois associam África ao Diabo. (GUEDES; NOGUEIRA, 2015, online)

E também destaca sua importância e a necessidade da formação adequada de professoras e professores. Um dos exemplos apresentados por Guedes é justamente o conhecimento que circula nos terreiros:

Um conjunto de conhecimentos poderosos passados de geração em geração e do qual crianças e jovens se orgulham, mas que, nas escolas, são obrigados a sentirem vergonha daquilo que os anima e os faz viver. A educação nos terreiros não é racista, não discrimina as diversas orientações sexuais, as famílias que se organizam e se formam a partir dessas diferentes orientações sexuais. O candomblecista não discrimina qualquer outra religião.

¹⁷ Doutora em educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (PROPED-UERJ) e autora do livro “*Educação nos terreiros – e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*”, lançado em 2012. A entrevista pode ser acessada em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/05/12/escola-e-o-espaco-onde-criancas-de-religoes-afro-mais-se-sentem-discriminadas-afirma-pesquisadora/>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

Acredito que, por ser assim, a educação nos terreiros pode ensinar o antirracismo e o humanismo do qual precisamos todos os dias. (GUEDES; NOGUEIRA, 2015, online)

Para Rodney William (2019), é necessário expor e dividir os saberes ancestrais que são compartilhados em comunidades de terreiro e realizar uma imersão na epistemologia da resistência através de Exu, que é felicidade e prosperidade, algo que para o povo negro são obrigações ancestrais:

Ao desconsiderar os saberes construídos pelas civilizações africanas perde-se em essência e conteúdo, porque Exu é um saber ampliado, que vai além da racionalidade que limita e não compreende a dimensão do que somos. (WILLIAM, 2019, online)

Não à toa, a importância de buscarmos outras metodologias e formas de tornar visível esse conhecimento dentro da estrutura educacional, libertando a cultura escolar dos costumes coloniais que foram postos como superiores, algo que é demanda de movimentos antirracistas. Afinal, a herança africana consolidou marcas constitutivas na identidade brasileira. Neste sentido, trazer diversas percepções para o interior das operações formativas e das relações curriculares é assumir uma posição que permite revisar a imagem construída dos povos, culturas e do próprio continente africano:

Assim entendida, a ancestralidade oferece outras orientações para a educação brasileira, com uma radical crítica e autocrítica, que nos permite olhar a filosofia africana e nos olharmos de outros modos: modos menos racistas, menos sexistas, menos classistas, menos excludentes, entendendo que todas essas formas de exclusão impactam os modos como nós nos vemos e lidamos com nossas heranças. (NASCIMENTO, 2020, p. 31)

Nascimento também aponta como a relação que estabelecemos com os currículos pode definir o impacto dos nossos contatos com as informações que nos apresentam. Uma educação plural deveria ser balizada pelos parâmetros de grupos que se pretendem dominantes. Valorizar as heranças negras em nossa cultura – alteradas forçosa e compulsoriamente – passa por incorporar a sabedoria ancestral, a oralidade, o senso de coletividade e sua relação com a natureza, fazendo “do tempo presente um lugar de reconstrução” (Nascimento, 2020, p. 68).

Sodré (2017) nos diz que o próprio conceito de Ocidente é um símbolo geográfico para uma narrativa que foi designada a consolidar o domínio imperial europeu sob o mundo. Sendo assim, seja filosófica ou religiosamente, o anseio por uma verdade única é o fundamento da violência. Neste sentido, a educação antirracista pode configurar um elo com a tradição pois, para estas culturas, educar está associado aos novos modos de ser e estar:

A educação estaria ligada, para as tradições brasileiras de matrizes africanas, com o contexto da continuidade da tradição, ao mesmo tempo em que está ligada com a abertura do novo, com a criação e com a invenção. A educação é também um processo de construção do pertencimento a um grupo, a uma comunidade. É pela educação – não apenas a formal

– que se constrói a identidade, é pela educação que aprendemos a fazer parte da comunidade, da tradição. (NASCIMENTO, 2020, p. 72)

Essa associação à tradição demonstra também que a cultura negra é uma cultura de resistência, uma resistência que não configura apenas a luta de combate, de guerra, mas também “a resistência festiva, colorida, em reverência ao olhar para trás ensinado pelas ancestrais” (NASCIMENTO, 2020, p. 68). Desta forma, uma educação antirracista deve priorizar uma luta sem aflições, tendo em vista que a colonização produziu uma crise – em termos de conjuntura perigosa e tensa – permanente para povos negros e indígenas.

A sociedade brasileira tem como componente a articulação de elementos que foram herdados por diversas culturas: africanas, indígenas e ocidentais; a diversidade dos múltiplos sujeitos, suas formas de se perceber e as suas perspectivas frente ao mundo são inúmeras. As comunidades de terreiro percebem essas diferenças, acolhem a diversidade e encontram lugar para cada uma delas. Esses espaços constituem-se possibilidades educacionais, políticas, éticas e ambientais.

OLHAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA: TEMPO ANCESTRAL, PERMANÊNCIA E CONTINUIDADE

Retomando a música de Elza Soares citada no início deste texto, Exu representa movimentação, comunicação, decisão, poder, fazer, agir. Sua epistemologia não impede a boa convivência entre as religiões, bem como não significa que devemos romper com o respeito e ensino de outras religiões que não sejam de matriz africana. Alguns exemplos já estão surgindo, dentro e fora das universidades, nos espaços escolares e nas redes sociais. No entanto, o caminho ainda demanda esforço e enfrentamento frequente às tentativas de limitar o ensino ao projeto de uma nação conservadora e cristã.

A tradição africana tem axé, não é estática e não aprisiona o conhecimento por anos em fileiras de carteiras e cadeiras, sua filosofia da oralidade, por exemplo, relaciona-se com a sabedoria e não com o acúmulo de conhecimento compulsório que anula o prazer e cristaliza o modelo escolar partindo da matriz eurocêntrica e branca. Trazer Exu às escolas significa, por exemplo, aliar corpo, mente e alma baseado no saber integrado.

Pensar a partir de uma ancestralidade é manter viva uma história de resistência, de sobrevivência, de símbolos e signos culturais, que atravessa “os diversos tempos existentes” e é construída em vida, sem perder de vista a importância dos estudos e metodologias antecessoras, mas compreendendo que pensar desta forma é transgredir e reconstituir saberes, que antes de serem formalizados já estão sendo exercidos.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Yérsia Souza de. Religião preta com protagonismo branco: Discutindo a paisagem negra nos cultos afro-brasileiros na Grande Florianópolis. In: LEITE, Ilka Boaventura; ALENCAR, Alexandra Eliza Vieira. *O axé dos territórios religiosos em Florianópolis e municípios vizinhos*. Florianópolis: Edições do Bosque UFSC/CFH/NUPPE; Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas - NUER, 2020, p. 84-102.
- BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.
- DE MOURA, Fernanda Pereira.; ARAUJO, Cinthia Monteiro de. Qual o lugar da diferença numa escola sem partido? *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, v. 20, n. 3, p. 617-635, 18 dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3242>> Acesso em: 26 jul. 2023.
- DUARTE, Tatiane dos Santos. “Chegou a nossa hora! É o momento de a Igreja governar!”: sobre evangélicos na política brasileira e em nossas etnografias. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.* 17, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vb/a/MxNkBsTKj9yPwGVS6wxhNq/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 26 jul. 2023
- NASCIMENTO, Wanderson Flor do. *Entre apostas e heranças: Contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: NEFI, 2020.
- NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. Escola é o espaço onde crianças e religiões afro mais se sentem discriminadas, afirma pesquisadora. *Portal Aprendiz*. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/05/12/escola-e-o-espaco-onde-criancas-de-religioes-afro-mais-se-sentem-discriminadas-afirma-pesquisadora/>>. Publicado em 12/05/2015. Acesso em: 26 jul. 2023.
- NORONHA, Maria Izabel Azevedo. Escola sem partido, mas com religião? *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/escola-sem-partido-mas-com-religiao/>. Publicado em 11/10/2017. Acesso em: 26 jul. 2023
- REIS, Nicole. “Exu nas escolas”. *Medium*. Disponível em: <https://medium.com/@nicolereis_10850/ex%C3%BA-nas-escolas-40759aa5d22d>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- TORRES, Díjna A.; ASSIS, Yérsia S. de. Toda regra tem exceção: A relação entre as religiões de matriz africana e o poder público. In: LEITE, Ilka Boaventura; ALENCAR, Alexandra Eliza Vieira. *O axé dos territórios religiosos em Florianópolis e municípios vizinhos*. Florianópolis: Edições do Bosque UFSC/CFH/NUPPE; Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas - NUER, 2020, p. 59-74.
- VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In: MIGUEL, Luis Felipe [et al.]. *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. Organização Esther Solano Gallego. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 91-96.

WILLIAM, Rodney. Exu nas escolas, Exu na ciência, Exu na política. *Carta Capital*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/exu-nas-escolas-exu-na-ciencia-exu-na-politica/>>. Publicado em: 29/11/2019. Acesso em: 26 jul. 2023.